



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 523202525250824

Nome original: TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01-2025 - CNJ-STF-TJ--2.pdf

Data: 10/04/2025 13:40:48

Remetente:

CLEIDE APARECIDA LUCATTO

Diretoria-Geral

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

Documento: não assinado.

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: OFÍCIO N.025 2025 DG GP TRT23ª e anexos, para conhecimento e eventuais providências.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

ADENIR ALVES
DA SILVA
CARRUESCO 10021856
09/04/2025 09:50

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01/2025 - CNJ/STF/STJ/ CJF

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA CNJ/STJ/TST/CJF N.
01/2025, SOB A ÉGIDE DO PACTO NACIONAL DO
PODER JUDICIÁRIO PELA SUSTENTABILIDADE.**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n. 3.355, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, CEP 78.049-935, inscrito no CNPJ n. 37.115.425/0001-56, neste ato representado por sua Presidente, **Desembargadora ADENIR ALVES DA SILVA CARRUESCO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas voltadas para o desenvolvimento de ações de proteção ao meio ambiente, promoção do bem-estar social e boa governança, pautada na ética, na transparência e na responsabilidade social.

A Presidente, DESEMBARGADORA ADENIR ALVES DA SILVA CARRUESCO, declara firme vontade de desenvolver ações voltadas à proteção do meio ambiente, à promoção do bem-estar social e à boa governança, fundamentadas na ética, transparência e responsabilidade social, em conformidade com o disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Compromete-se também com os compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o Acordo de Paris (2015), bem como as normas da Organização Internacional de Normalização (ISO), com especial atenção para a ISO 14001 (gestão ambiental), a ISO 26000 (responsabilidade social) e a ISO 45001 (sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional). No âmbito nacional, apoia-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 215/2015, nº 351/2020, nº 400/2021, nº 401/2021, nº 410/2021, nº 433/2021 e nº 497/2023, entre outras.

O presente instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, com o objetivo de promover a cooperação para o compromisso do Poder Judiciário em adotar, reforçar ou expandir ações e iniciativas em cada um dos três eixos a seguir listados:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01/2025 - CNJ/STF/STJ/ CJF

Eixo 1 - Ambiental:

- a. Implementação do Programa Justiça Carbono Zero: (i) realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs), fazendo uso de metodologia reconhecida/certificada (ex: PBGHG); (ii) medidas de redução das emissões de GEEs, como instalação de usinas fotovoltaicas, substituição de lâmpadas tradicionais por LED, promoção da sustentabilidade nas contratações, adoção de programas de gestão de resíduos; e (iii) compensação de emissões com projetos de florestamento, reflorestamento e revegetação etc.;
- b. Priorização do julgamento das ações climáticas e ambientais: adoção de medidas de priorização e aceleração da tramitação de processos judiciais que envolvam a temática ambiental (incluindo casos relacionados a conflitos fundiários, uso de recursos naturais, aplicação de sanções ambientais, apuração de infrações ambientais e responsabilidade civil ambiental), por meio de: (i) cumprimento reforçado da Meta 10 em 2025; (ii) estímulo a instrumentos de solução consensual; (iii) criação de forças-tarefas coordenadas em Juízos com altas taxas de congestionamento em processos ambientais ou Municípios com elevados índices de desmatamento e de outras violações socioambientais, entre outras medidas;
- c. Educação ambiental: promoção de, pelo menos, um novo curso de educação ambiental e de capacitação de magistrados, servidores, terceirizados e conciliadores, promovendo as capacidades institucionais adequadas para a abordagem de questões e conflitos relacionados à temática socioambiental e climática.

Eixo 2 - Social:

- a. Adoção do Programa Transformação: adoção, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023, de política de reserva de vagas em, no mínimo, um contrato de prestação de serviços continuados e terceirizados para mulheres em situação de vulnerabilidade;
- b. Inclusão de grupos sub-representados ou vulneráveis: Implementação de, no mínimo, uma iniciativa institucional para apoiar e integrar membros de grupos sub-representados e vulneráveis, como: ampliação da representatividade de gênero e raça na composição do tribunal e/ou nos cargos de gestão; e a inclusão de percentual de vagas nos contratos de serviços



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01/2025 - CNJ/STF/STJ/ CJF

continuados para pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e egressos dos sistemas prisional e socioeducativo;

c. Ampliação da acessibilidade: fortalecer ações de acessibilidade, adaptando os espaços físicos e digitais dos tribunais e conselhos para pessoas com deficiência, com a criação e execução de plano de ação para ampliar o índice de acessibilidade.

Eixo 3 - Governança:

a. Dados Abertos: Implementação ou aperfeiçoamento de portal de dados abertos, seguindo os princípios e as diretrizes da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership - OGP*), visando ampliar a transparência e o controle do Poder Público pela sociedade;

b. Transparência dos julgamentos no plenário virtual: melhoria ou adaptação dos sistemas de julgamento colegiado de processos por meio eletrônico, de modo a ampliar a transparência;

c. Informação à sociedade: adoção de serviço de boletim com um resumo didático e em linguagem simples dos julgamentos mais relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico realizados pelo tribunal ou conselho, nos moldes do boletim “Informação à Sociedade” do STF.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização da sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, pautadas nos três eixos fundamentais das práticas internacionais de ESG: Ambiental (Environmental), Social (Social) e Governança (Governance).

2. GESTOR LOCAL: indica para gestor(a) local do presente instrumento a Sra Fabiana de Oliveira Rocha Moraes Gatti, Secretária de Governança e Gestão Estratégica, endereço eletrônico: sgge@trt23.jus.br, telefone (65) 3648-4129, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.

3. VIGÊNCIA: o presente termo passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01/2025 - CNJ/STF/STJ/ CJF

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

- 4.1.1 coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;
- 4.1.2 promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os pactuantes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;
- 4.1.3 produzir as peças de comunicação institucional de divulgação das ações do projeto e disponibilizá-las aos pactuantes;
- 4.1.4 gerar relatórios dos resultados obtidos com as ações do projeto e disponibilizá-los aos pactuantes;

4.2 São responsabilidades do Tribunal Regional do Trabalho Da 23ª Região:

- 4.2.1 indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;
- 4.2.2 prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;
- 4.2.3 divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);
- 4.2.4 viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;
- 4.2.5 divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

5. DISTRATO: o presente termo poderá ser rescindido da mesma forma prevista no Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

6. PUBLICAÇÃO:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO (MT)
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 01/2025 - CNJ/STF/STJ/ CJF

6.1 O inteiro teor deste Termo de Adesão e dos seus eventuais termos aditivos deverá ser publicado pelos partícipes em seus respectivos sítios oficiais, no prazo de até 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, e o seu extrato será publicado no Diário Oficial da União.

6.1.1 O CNJ encaminhará cópia do extrato da publicação aos demais partícipes do Acordo de Cooperação Técnica supramencionado

Cuiabá/MT, 09 de abril de 2025.

(assinado eletronicamente)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
ADENIR ALVES DA SILVA CARRUESCO
Desembargadora Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 523202525250825

Nome original: Publicação do Termo de Adesão no Diário Oficial da União-1.pdf

Data: 10/04/2025 13:40:48

Remetente:

CLEIDE APARECIDA LUCATTO

Diretoria-Geral

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

Documento: não assinado.

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: OFÍCIO N.025 2025 DG GP TRT23ª e anexos, para conhecimento e eventuais providências.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

SECRETARIA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: PRE 3361/2023. Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e FreeNetworks Soluções Ltda. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato por mais 12 meses, no período de 29-6-2025 a 28-6-2026. Data da assinatura: 9-4-2025. Pelo TRT: Amarildo Carlos de Lima, Desembargador do Trabalho-Presidente. Pela Contratada: Giovani Cusinato, Diretor Comercial.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025 - UASG 080005

Nº Processo: 336/2025. Objeto: Aquisição de materiais elétricos, equipamentos elétricos e ferramentas, para utilização em manutenções preventivas e corretivas realizadas pelos servidores do Tribunal e colaboradores terceirizados, nos prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Total de Itens Licitados: 25. Edital: 10/04/2025 das 07h00 às 17h00. Endereço: Av. Corálio Soares de Oliveira, s/n - Centro - João Pessoa (PB) ou <https://www.gov.br/compras>. Entrega das Propostas: a partir de 10/04/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 9h (horário de Brasília/DF) no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Conforme edital.

João Pessoa - PB, 9 de abril de 2025.
RONALDO VIEIRA DE ARAGÃO
Pregoeiro

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Protocolo 547/2019.7º Aditivo ao CT Nº 05/2020. Contratante: TRT 16ª Região. Contratada: CLARO S/A. CNPJ: 40.432.544/0001-47. Objeto: prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Serviços de Dados, com fornecimento de smartphone e modem 4G, em regime de comodato, visa à prorrogação excepcional da vigência contratual. Vigência: o prazo de vigência contratual pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 14 de abril de 2025 a 13 de outubro de 2025, ou até a portabilidade das linhas para o novo serviço de Telefonia Móvel, o que ocorrer primeiro. Data de assinatura: 08/04/2025. Assinam: Desembargadora-Presidente MÂRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA (Contratante) e a Srª. PATRICIA MUNIZ AIRES SILVA e o Sr. EDILSON RAMOS PEREIRA FILHO (Contratada).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 90.003/2025

O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica a repetição do certame PE 90.001.2025, visando aquisição de 1.600kg de café torrado e moído, classificado como "SUPERIOR", segundo critério do PQC/ABIC, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital.

A sessão pública, por meio da internet, acontecerá dia 30 de abril de 2025, às 13h, sendo o acolhimento de proposta encerrado no mesmo dia e horário. A licitação será realizada no sistema www.gov.br/compras. O edital encontra-se disponível nos sites www.trtes.jus.br, www.gov.br/compras (UASG: 080019) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone (27) 3321-2482, de 12 às 19 horas, ou pelo endereço de correio eletrônico: licitacoes@trt17.jus.br.

AURINEIDE R. M. BERTELLI
Pregoeira

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

UASG: 080024. Acordo de Cooperação Técnica TRT22 nº 02/2025, firmado em 07/04/2025, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, CNPJ: 10.806.496/0001-49. Objeto: Promoção e difusão da linguagem simples, acessível, direta e compreensível por todos, em cumprimento à recomendação do CNJ que instituiu o Pacto Nacional pela Linguagem Simples. Amparo: Lei 14.133/2021 e Decreto nº 11.531/2023. Proad TRT22 nº 3412/2024. Vigência: 12 (doze) meses, contados de 07/04/2025. Signatários: Ténio da Silva Torres (p/ TRT22) e Paulo Borges da Cunha (p/IFPI).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

Proad 2060/2025. Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica 01/2025 - CNJ/STF/STJ/CJF que estabelece o Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas voltadas para o desenvolvimento de ações de proteção ao meio ambiente, promoção do bem-estar social, e boa governança, pautada na ética, na transparência e na responsabilidade social. ASSINATURA: 09/04/2025. ASSINA: Adenir Alves da Silva Carruesco/Desa. Presidente.

JUSTIÇA FEDERAL

1ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO AMAPÁ

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2025

ESPÉCIE: Extrato do Termo de Credenciamento n. 2/2025 celebrado entre a União Federal, por meio da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária no Estado do Amapá e empresa PODOSPORTS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITACAO LTDA, CNPJ 50.373.500/0001-47. Objeto: prestação de serviços de assistência médica perante o Programa de Assistência Médica da Justiça Federal da 1ª Região. Data de assinatura: 7-4-2025. Vigência: tempo indeterminado, a partir da data de assinatura do Termo de Credenciamento. Assinam o instrumento: pela credenciante: Juiz Federal Alex Lamy de Gouvêa; pela credenciada, Luana Trindade Ribeiro.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2025

A Justiça Federal de 1º Grau no Distrito Federal, mediante a Comissão instituída pela Portaria SJDF/SECAD nº 81/2024, informa que realizará o credenciamento de instituições de ensino superior para a prestação dos serviços de assistência jurídica gratuita à população carente, com a instalação de Núcleo de Prática Jurídica - NPJ. Os interessados deverão enviar a documentação, nos emails selic.df@trf1.jus.br / selic.df@gmail.com no período de 11/04/2025 a 30/04/2025. O edital será disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/detalhar.php?idLicitacao=9724&localidade=JFDF>

Brasília-DF, 9 de abril de 2025
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO
Seção Judiciária do Distrito Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM GOIÁS

DIRETORIA DO FORO

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato n. 14/2025. OBJETO: Locação de caçambas estacionárias para os edifícios localizados em Goiânia. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau em Goiás. CONTRATADA: Paulo Heberto Dourado Toledo. VALOR TOTAL: R\$ 18.484,20. VIGÊNCIA: 10/04/2025 a 10/04/2026. BASE LEGAL: Processo Administrativo n. 3159-81.2024.4.01.8006, Lei n. 14.133/21 e Dispensa de Licitação nº 90087/2024. DATA DE ASSINATURA: 08/04/2025. Assinado por: Rogério Magno da Costa, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Paulo Heberto Dourado Toledo, pela Contratada.

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO MATO GROSSO

DIRETORIA DO FORO

AVISO DE DESFAZIMENTO DE BENS

PROCESSO ELETRÔNICO: 0005073-74.2024.4.01.8009

A Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso, por intermédio de sua Comissão Especial de Avaliação, Incorporação e Baixa de Bens Móveis, designada pela Portaria nº 01/2025, torna público que procederá ao desfazimento de bem móvel considerado antieconômico, por meio da modalidade Alienação por Doação, cujo edital se encontra disponível no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjmt/>. Maiores informações pelo e-mail sesap.jna.mt@trf1.jus.br.

Juína/MT, 7 de abril de 2025.

ANA CAROLINE BERNARDI
Presidente da Comissão de Desfazimento

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUÍ

DIRETORIA DO FORO

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE DOAÇÃO Nº 2/2025

A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PIAUÍ torna público que procederá ao desfazimento de bens permanentes mediante DOAÇÃO à SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em cumprimento ao despacho do Exmo. Juiz Federal Diretor do Foro, Dr. Rodrigo Pinheiro do Nascimento, nos autos do processo 0003622-08.2024.4.01.8011, consoante art. 55, § 2º, da Resolução CJF n. 880/2024, c/c o art. 76, caput, II, "a", da Lei n. 14.133/2021, e Instrução Normativa n. TRF1 14-16. Em atendimento à solicitação do ente, que justifica a finalidade institucional e o interesse público. A relação dos bens encontra-se disponível no Portal da Transparência SIPI.

OTÁVIO COSTA DA SILVA.

Presidente da Comissão Especial de Desfazimento de Bens - SJPI

2ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DO FORO

SECRETARIA-GERAL

SUBSECRETARIA DE MATERIAL E PATRIMONIO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Apostila nº 01 ao Contrato nº 35/2022; Processo SEI 0004011-59.2025.4.02.8001; Contratante: Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro. Contratada: SLM RECURSOS HUMANOS LTDA; Objeto: definir os endereços dos itens 25 e 26 do Anexo V - Locais de Execução, do Termo de Referência que integra o Contrato, como Rua Coronel Serrado, nº 1.560, Bairro Zé Garoto, São Gonçalo/RJ e Rua Ignácio Marins Coutinho, nº 47, 9º andar - Centro - Itaboraí/RJ, respectivamente; Base Legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e 12.846/13; LC 123/06 e 147/14; Decretos 3.555/00 e 10.024/19; Data de Assinatura: 08/04/2025.

3ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO

EXTRATO DE DOAÇÃO

Processo nº 0016398-16.2024.4.03.8001; Espécie: Termo de Doação Externa 11856483/2025, firmado em 04/04/2025; Doador: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO, CNPJ nº 05.445.105/0001-78; Donatário: MOVIMENTO POPULAR DO ARAPOANGA PELA CIDADANIA - MPA; Objeto: Doação, em caráter definitivo e sem encargos, pelo Doador ao Donatário, de 118 (cento e dezoito) equipamentos de ares-condicionados; Fundamento Legal: Resolução CJF nº 880/2024, Resolução PRES Nº 579/2023; Signatários: pelo Doador, o Doutor PAULO CESAR CONRADO, Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, e pelo Donatário, a senhora ROSIVANIA RODRIGUES DE PAIVA, Presidente do Movimento Popular do Arapoanga Pela Cidadania - MPA.

5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PA Nº 0000875-48.2023.4.05.7200. Segundo Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 09/2023-JF/AL. Inexigibilidade. CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA. CNPJ: 07.797.967/0001-95. OBJETO: prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online do "BANCO DE PREÇOS na sede da Seção Judiciária em Alagoas. FINALIDADE DO ADITIVO: a prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, isto é, de 31/05/2025 a 31/05/2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 125, da Lei nº 14.133/21. DATA DA ASSINATURA: 23/04/2024. SIGNATÁRIOS: Aloysio Cavalcanti Lima - Juiz Federal Diretor do Foro, pela Contratante; Rudimar Barbosa dos Reis, pela Contratada.

Entidades de Fiscalização
do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 00146.000024/2025-71. Contrato: 4/2025. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de software jurídico para gerenciamento de processos judiciais, com inteligência artificial integrada, suporte e treinamento. Valor Global: R\$ 10.398,00 (dez mil, trezentos e noventa e oito reais). Fundamento legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Contratado(a): EASYJUR TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA, CNPJ 13.749.521/0001-98. Assinaturas: pelo(a) Contratante: Jaime Teixeira Chaves, Gerente Executivo e Ricardo Frateschi, Gerente Administrativo; pelo(a) Contratado(a): Vinicius Lucas de Oliveira Marques, Sócio Administrador.

